

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL

COORDENADORES CIENTÍFICOS

Catarina de Oliveira Carvalho

Milena da Silva Rouxinol

CORPO DOCENTE

Ana Cristina Costa

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Ana Lambelho

Instituto Politécnico de Leiria

Ana Teresa Ribeiro

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

António Frada

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

António Monteiro Fernandes

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

António Nunes de Carvalho

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa

Bélen Fernandez Docampo

Faculdade de Ciências Jurídicas e do Trabalho da Universidade de Vigo

Bruno Mestre

Magistrado Judicial

Catarina de Oliveira Carvalho

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Catarina Gomes Santos

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Catarina Serra

Escola de Direito da Universidade do Minho

Duarte Abrunhosa e Sousa

Advogado/CJE

Fernando Catarino José

Subdiretor-Geral da DGERT

Filipa Calvão

Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados/Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Jaime Cabeza Pereiro

Faculdade de Ciências Jurídicas e do Trabalho da Universidade de Vigo

Joana Nunes Vicente

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Joana Vasconcelos

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa

João Leal Amado

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

João Reis

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

João Soares Almeida

Advogado

João Zenha Martins

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Jorge Leite

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

José João Abrantes

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Júlio Gomes

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Luís Gonçalves da Silva

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Luísa Andias Gonçalves

Instituto Politécnico de Leiria

Maria do Rosário Palma Ramalho

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Maria Irene Gomes

Escola de Direito da Universidade do Minho

Maria Regina Redinha

Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Milena Rouxinol

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Nuno Sousa e Silva

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto

Paula Ponces Camanho

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto; Advogada

Paulo Pichel

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto;

Advogado

Paulo Sousa Pinheiro

Advogado

Pedro Furtado Martins

Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa;

Advogado

Pedro Madeira de Brito

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Pedro Romano Martínez

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ricardo Nascimento

Advogado

Rita Canas da Silva

Advogada

Rita Garcia Pereira

Advogada

Rui Valente

Advogado

Teresa Coelho Moreira

Escola de Direito da Universidade do Minho

DESTINATÁRIOS

Advogados, juristas, juristas de empresa, magistrados, técnicos de recursos humanos, empresários e outros profissionais da área da gestão de empresas titulares de uma licenciatura.

PLANO DE ESTUDOS

- Contrato de trabalho: qualificação, presunção legal e figuras afins
- Nova ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho
- Regulamento Geral de Proteção de Dados
- Direitos de personalidade do trabalhador e tecnologias de informação
- Igualdade e não discriminação dos trabalhadores no Direito europeu
- Igualdade e não discriminação dos trabalhadores no Direito português
- Assédio moral e sexual no trabalho
- Protecção da parentalidade
- Trabalho de menores, trabalhador com capacidade de trabalho reduzida, com deficiência ou doença crónica
- Lei aplicável ao contrato de trabalho internacional e destacamento de trabalhadores
- Formação do contrato de trabalho e regime das cláusulas contratuais gerais. Condições de validade e alguns problemas em torno da invalidade (parcial) do contrato de trabalho
- Período experimental
- Objeto do contrato de trabalho, mobilidade funcional e categoria profissional
- Local de trabalho e mobilidade geográfica
- Segurança e saúde no trabalho
- Cláusulas de limitação da liberdade de trabalho
- Contrato de trabalho a termo resolutivo
- Contrato de trabalho temporário
- Comissão de serviço
- Trabalho a tempo parcial e trabalho intermitente
- Duração e organização do tempo de trabalho
- Férias, feriados e faltas
- Retribuição e a tutela do crédito retributivo
- Tutela do crédito retributivo
- Efeitos laborais da transmissão de unidade económica
- Trabalhador estudante
- Cedência ocasional de trabalhadores
- Formação profissional
- Suspensão do contrato de trabalho
- Grupos empresariais e societários - incidências laborais
- Caducidade do contrato de trabalho
- Revogação do contrato de trabalho
- Insolvência e recuperação de empresas: efeitos laborais do PER e do RERE
- Despedimento por facto imputável ao trabalhador: a justa causa disciplinar
- Poder disciplinar e procedimento disciplinar
- Despedimento coletivo
- Despedimento por extinção do posto de trabalho
- Despedimento por inadaptação
- Fundo de Compensação do Trabalho, Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho e Mecanismo Equivalente
- Ilícitude do despedimento
- Cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador
- Livre circulação de trabalhadores
- Conceito de trabalhador no Direito europeu

- Fontes específicas de Direito do Trabalho: os IRCT negociais e não negociais. Alguns problemas relativos às portarias de extensão
- Relação entre fontes de regulação e princípio do tratamento mais favorável
- Liberdade sindical
- Estruturas de representação coletiva dos trabalhadores na empresa
- Convenção coletiva de trabalho: eficácia subjetiva
- Convenção coletiva de trabalho: eficácia temporal
- Interpretação das convenções coletivas de trabalho e controlo de constitucionalidade. Os usos laborais
- Conflitos coletivos e meios de resolução dos mesmos
- O papel da Administração do Trabalho na medição de conflitos coletivos
- Direito de greve
- Direito à greve na jurisprudência do TJ(UE) e as suas repercussões no direito dos Estados-membros. O Flashmob como meio de ação coletiva
- Princípios gerais de segurança social
- Proteção social no desemprego. Relevância da segurança social nas reestruturações empresariais
- Aspetos procedimentais do Código Contributivo
- Proteção social na doença e na parentalidade
- Aspetos fiscais do trabalho por conta de outrem: tributação e contribuições
- Contraordenações laborais

PROPINA GERAL

10 propinas de 180 € (pagamento de setembro 2018 a junho 2019).

CARGA HORÁRIA

As sessões decorrem, em regra, às quintas-feiras e sextas-feiras das 18h15 às 20h15, de acordo com o plano de estudos. Excecionalmente poderão decorrer ao sábado de manhã.

DURAÇÃO

O curso tem início a 20 de setembro de 2018 e termina a 29 junho de 2019, totalizando 160 horas letivas, mais 100 horas atribuídas à elaboração do trabalho final de avaliação ou preparação para o exame escrito (em função da modalidade de avaliação escolhida pelo discente).



CATÓLICA

FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

CONTACTOS

Estudos Avançados e Formação

e | formacao.avancada@porto.ucp.pt

t | 226 196 202/243

www.direito.porto.ucp.pt